



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Carla Márcia Pagliarini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre – RS, Brazil
(carlapagliarini@hotmail.com)

Luana Margarete Geiger

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciência Política, Porto Alegre – RS, Brazil
(luanageiger0@gmail.com)

Eduardo Ernesto Filippi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre – RS, Brazil
(edu_292000@yahoo.com.br)

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Os desafios para a consolidação da inserção estratégica brasileira na África no século XXI

The challenges for the consolidation of Brazil's strategic role in Africa in the twenty-first century

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e19006>

Resumo

A inserção estratégica brasileira no início do século XXI teve como foco o fortalecimento das relações Sul-Sul e a reaproximação com a África. A consolidação desta política africana, no entanto, é suscetível a mudanças no cenário doméstico e internacional. O objetivo deste trabalho, nesse sentido, é identificar os desafios que tais contextos podem trazer para a consolidação da inserção estratégica brasileira na África no século XXI.

Abstract

Brazil's strategic role in the early twenty-first century is focused on strengthening South-South relations and on reconnecting with Africa. The consolidation of this African policy, however, is susceptible to changes in the domestic and international scenario. This article aims, in this sense, to identify the challenges that such contexts can bring to the consolidation of Brazil's strategic role in Africa in the 21st century.

Palavras Chaves: Inserção estratégica brasileira. Política externa brasileira. Política africana do Brasil.

Keywords: Brazil's strategic role; Brazilian foreign policy; Brazil's african policy.

Recebido em 23 de Janeiro de 2017
Aprovado em 05 de Setembro de 2017

Introdução

A aproximação diplomática e comercial do Brasil com as nações africanas no período contemporâneo tem sido explorada academicamente por um número crescente de pesquisadores e grupos de estudos. O que antes dos anos 1970 se resumia a relatos, muitas vezes de cunho antropológico e cultural, foi sendo alargado para outras áreas das ciências humanas e sociais.

Nos anos 1950, com a “bandeira” do *terceiro mundismo*, através da Conferência de Bandung (1955), elevou-se a consciência de que a atuação diplomática poderia ultrapassar as fronteiras dos países

líderes do planeta e propiciar uma série de encontros entre os países que não faziam parte do centro decisório mundial. O advento da chamada Política Externa Independente (PEI)¹ do Brasil, no início dos anos 1960 e, na continuidade do processo, o reconhecimento por parte do Brasil das independências nacionais de Angola e de Moçambique, em 1975, significou a abertura de novos campos de atuação brasileira no continente africano. Nos anos 1980 e 1990, contudo, após mudanças de foco e de campo de atuação da política externa brasileira, com a combinação das crises interna (redemocratização) e externa (crise da dívida), o Brasil opta pela afirmação de parceiros comerciais tradicionais.

Nos anos 2000 ocorre uma alteração significativa na política externa nacional, com uma multiplicação dos parceiros diplomáticos e comerciais do Brasil. Esse ponto de inflexão da inserção brasileira na arena mundial torna o continente africano um dos privilegiados. A diversificação das compras de petróleo e gás, as parcerias na área sanitária e na produção de medicamentos são apenas alguns exemplos da aproximação do Brasil com os países africanos.

O presente artigo trata justamente da inserção brasileira na África no período contemporâneo, enfatizando a importância geoestratégica do continente. Ademais, através da revisão bibliográfica da literatura pertinente ao tema, projetam-se os termos das relações Brasil – África, bem como os cenários em que tal inserção se desenvolverá no presente século.

O trabalho, dividido em três seções, inicia-se com a apresentação do aparato teórico utilizado para identificar os desafios à política externa brasileira para a África, a seguir é realizada a descrição da evolução histórica das relações entre o Brasil e o continente africano, com ênfase especial para a dinâmica apresentada no início do século XXI. E, por fim, são apresentados alguns dos principais desafios para a consolidação da política africana brasileira.

Aparato teórico

A atuação do Brasil no plano internacional apresenta um alto grau de continuidade. Isso se deve em grande parte pela consolidação de um conjunto de princípios e valores que guiam o país através do tempo. Destaca-se, nesse sentido, a busca por autonomia e desenvolvimento nacional. Para Cervo (2008) as mudanças e rupturas na política externa brasileira podem existir, mas ocorrem a partir de uma margem relativamente pequena. O que imprime uma racionalidade estatal de longo prazo à política externa e não apenas uma política que muda com uma alteração de governo.

A política africana brasileira, assim como qualquer política, é suscetível a mudanças no cenário doméstico e internacional. O objetivo deste trabalho é identificar e explorar a dimensão dos fatores que influenciam tais mudanças (ou continuidades) através do modelo de análise proposto por Hermann (1990).

A política externa, de acordo com Hermann (1990), configura-se como um programa (um

1 Entre o período de 1961 e 1964 – mais exatamente até o golpe de Estado e o início do regime militar brasileiro – o Brasil ensaiou, no contexto da PEI, uma série de passos para tentar reverter o apoio até então concedido ao colonialismo português (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

plano) concebido para resolver algum problema ou perseguir algum objetivo no cenário internacional. Para o autor as mudanças na política externa podem ser vistas em um *continuum* que vão desde 1) pequenos ajustes, 2) mudanças de programa, 3) mudanças de problema/objetivos, até 4) mudanças na orientação internacional do país.

O primeiro tipo de mudança está relacionado ao nível de intensidade (maior ou menor) dedicado aos temas e atores do sistema internacional. Nesse sentido, o que é feito e a forma como é feito muda *quantitativamente*, mas os propósitos da política externa permanecem os mesmos. O segundo tipo de mudança ocorre nos métodos ou meios para resolver o problema/alcançar o objetivo. As mudanças de programa envolvem novos instrumentos de Estado (como a busca da meta através da negociação diplomática e não pela força militar). Nesse sentido, o que é feito e a forma como é feito muda *qualitativamente*, mas os propósitos da política externa permanecem inalterados.

O terceiro tipo de mudança é quando o problema ou objetivo inicial da política é substituído ou simplesmente perdido. Neste caso, os próprios propósitos da política externa são substituídos. O quarto tipo de mudança na política externa é a forma mais extrema e envolve a completa reorientação do país nos assuntos mundiais. Em contraste com níveis menores de mudança – que dizem respeito à abordagem do país a uma única questão ou a um conjunto específico de outros atores – a mudança de orientação envolve uma mudança no papel e nas atividades internacionais do país em geral.

Além de identificar os níveis de mudança em política externa Hermann (1990) elenca 4 fatores que podem gerar tais mudanças: 1) o *líder*: é quando o tomador de decisão, frequentemente o chefe do governo, usa de seu poder e influência para impor sua própria visão em termos de política externa, obrigando seu governo a mudar o rumo; 2) os *burocratas*: é quando um grupo dentro do governo se mobiliza pela mudança. 3) a *reestruturação doméstica*: é quando as elites com poder de legitimar o governo mudam de opinião ou alteram sua composição (talvez com o próprio regime); e 4) os *choques externos*: é quando acontecimentos internacionais dramáticos impactam imediatamente sobre o receptor e não podem ser ignorados, desencadeando grandes mudanças na política externa. Para o autor a maior parte da mudança de política externa resulta da percepção por parte dos governantes de alguma mudança ou iniciativa (ou falta dela) no ambiente externo, mas esses eventos não têm impacto imediato. Ainda, as fontes de mudança de política externa interagem e podem operar conjuntamente. Um choque externo, por exemplo, pode ativar a iniciativa do líder que, por sua vez, pode redirecionar a política externa.

Evolução das relações Brasil-África

A compreensão da política brasileira para o continente africano e seus desafios pressupõe a análise histórica da evolução das relações Brasil-África. Desta forma, a presente seção destaca os principais contornos deste relacionamento, com ênfase especial a partir dos anos 2000, e destaca a importância estratégica que o continente africano tem para o Brasil.

O continente africano e o Brasil possuíam estreitas ligações entre os séculos XVII e XVIII e a primeira metade do XIX devido ao intenso intercâmbio comercial e a transposição populacional ocorrida pelo tráfico de escravos. No entanto, essa relação sofreu uma ruptura que se estendeu por quase um século, seja por imposição das metrópoles ou por falta de interesse (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

Até meados da década de 1960, a política externa brasileira era voltada para a América e para a Europa, auferindo pouca importância e espaço para uma aproximação dos países africanos. Durante a década 1950, o posicionamento do Brasil frente ao processo de descolonização africana era considerado ambíguo: ao mesmo tempo em que possuía convicções anticoloniais e apoiava a autodeterminação dos povos, o país mantinha laços especiais com Portugal que proibiam a adoção de posturas mais enfáticas contra o colonialismo (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

A África passou a ser integrada, ainda que timidamente, à política externa brasileira somente após a Segunda Guerra Mundial. A década de 1960 representou o ápice da formalização das independências de uma série de colônias africanas e o governo do Brasil seguiu a tendência de reconhecer os territórios recém-independentes ao mesmo tempo em que o Itamaraty deu início aos estudos sobre a realidade africana – até então quase desconhecida (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

A aproximação político-diplomática com o continente africano vinculou-se, neste momento, às estratégias de inserção internacional do país, que visava afirmar suas pretensões como potência média (LECHINI, 2008). No contexto do desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 1960 e dos choques de petróleo da década de 1970, o interesse nacional nas relações com a África é transformado e a aproximação é dinamizada a partir da busca por novos mercados, além das aspirações lançadas pela PEI (SANTOS, 2003). Como ressalta Lechini (2008), essa política passou a se desvanecer nos anos 1990, paralelamente ao aumento das restrições sistêmicas e dos problemas internos, tanto do Brasil quanto da África.

A década de 1990 se notabilizou pela desregulação dos mercados e pelo receituário do Consenso de Washington, traduzido pela proeminência das teses que apontavam o Estado mínimo como necessário para a eficiência dos mercados. Um período no qual “(...) se generalizou em alguns círculos a convicção de que a África seria um continente “inviável” (FIORI, 2014). Tal convicção ganhou o qualificativo de “afropessimismo”, misto de estado de espírito das elites intelectuais africanas e de falta de dinamismo econômico e empreendedor (SMITH, 2003).

Os anos 1990 se encerraram com mais dúvidas do que certezas a respeito das escolhas de políticas econômicas restritivas. De um lado, a persistência da desigualdade, de outro, novos atores na cena internacional. Trata-se de um período que Pierre Salama nominou de uma “nova redistribuição dos mapas” (SALAMA, 2012).

A partir dos anos 2000 o ciclo de desenvolvimento africano trouxe consistência estrutural à modernização do continente – cujo território compreende trinta milhões de metros quadrados. A positiva transição para um novo patamar de inserção internacional no início do novo século pode ser observada em três linhas, a saber: (1) o avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e a contenção de conflitos armados; (2) o crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias; e (3) a elevação da autoconfiança das elites por meio

de novas formas de renascimentos culturais e políticos (SARAIVA, 2010; 2015).

Destaca-se os resultados econômicos do continente africano nos anos 2000. O crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) evoluiu, ainda que de forma desigual, de pouco acima dos 2% entre 1980 e 1990, para mais de 5% entre 2001 e 2014. O crescimento do PIB africano superou a média de crescimento mundial – pouco acima dos 4% – e ficou atrás apenas da Ásia emergente, que registrou taxa de crescimento médio na ordem dos 8% no mesmo período. A expectativa de crescimento para os próximos anos é elevada, a partir de desenvolvimentos internos na África e de avanços na economia global (PEA, 2015).

Esse período de mudanças no continente africano coincidiu com a ascensão das economias em desenvolvimento no plano internacional e a entrada de uma coalizão de centro-esquerda no governo brasileiro. Como resultado destes fatores houve o renascimento da política africana brasileira.

Para Visentini (2010) a aproximação do Brasil com o continente africano está alinhada aos objetivos nacionais como a ênfase nas relações Sul-Sul, a afirmação do país enquanto potência emergente, além da defesa da multipolaridade. Nesse sentido, as relações Brasil-África são importantes para as estratégias brasileiras de inserção internacional; para o alargamento da significância internacional do Brasil no balanço de poder mundial; e para o preenchimento das aspirações brasileiras como potência média (VISENTINI, 2010).

Assim, o recente ciclo de desenvolvimento africano proporcionou maior estabilidade, que somada aos recursos e potenciais existentes no continente possibilitaram o desenvolvimento e a execução da nova política brasileira para a África. Pois, assim como afirma Saraiva (2010), a África apresenta relevância funcional e complementar aos objetivos brasileiros. Politicamente, o continente representa fonte de apoio às demandas comuns no diálogo Norte-Sul na ONU e demais entidades multilaterais. Economicamente, além da oferta de petróleo – principalmente da Nigéria e da Angola – e novos mercados amplos, a África representa uma alternativa para a diversificação dos parceiros comerciais brasileiros, diminuindo assim a sua vulnerabilidade externa. Conforme destaca Ribeiro (2010), a aproximação com a África favorece significativamente o setor empresarial brasileiro no continente africano. O crescente número de empresas – principalmente as exportadoras de serviços – que têm se dirigido ao continente africano é exemplo disso. Segundo Abdenur e Rampini (2015), o aumento dos fluxos comerciais – ainda que marcado por assimetrias favoráveis ao Brasil –, a expansão dos investimentos e a diversificação das iniciativas lançadas por Organizações Não Governamentais e demais entidades refletem a percepção acerca do potencial dos países da África.

No que diz respeito a área de defesa o Atlântico Sul se tornou nova região prioritária para o Brasil (ABDENUR; RAMPINI, 2015). Como ressalta Ribeiro (2010), a cooperação com os Estados africanos apresenta-se para o Brasil como um elemento-chave, com capacidade de transformar situações e condições semelhantes – ainda que muitas vezes negativas – em oportunidades de cooperação e benefício mútuos. Do ponto de vista de temas globais, a prática de trabalhar junto com os africanos permite que o Brasil vislumbre a possibilidade de conceber um plano comum para o desenvolvimento econômico e social das suas populações, que permita novos caminhos para o Brasil e para os Estados africanos entre as demais nações (SARAIVA, 2010).

Conforme Saraiva (2015), o governo Lula recuperou e avançou a política africana, aproximando a diplomacia brasileira da África em temas de interesse comum e contribuindo com os projetos de desenvolvimento do continente africano. As parcerias do Brasil na África se intensificaram e se diversificaram a partir da priorização das relações Sul-Sul. Visando otimizar a experiência já adquirida pelo Itamaraty, foi desenhada uma estratégia que buscou jogar com os mesmos atores em múltiplos cenários (bilaterais, regionais e multilaterais), num jogo, segundo Lechini (2008), de geometria variável.

Assim, a partir da eleição do presidente Lula o país passa a adotar o universalismo diplomático em lugar do anterior engajamento preferencial com o Norte geopolítico, além de defender a maior distribuição de poder internacional (BECARD, 2009). Conforme exposto por Lechini (2008):

Ao longo de quase 50 anos, o Brasil desenvolveu uma política incrementalista com os países africanos que foi adquirindo experiência até encontrar um limite na década de 90, devido à ausência de recursos suficientes e à persistência de problemas nos Estados africanos. Tratou-se de uma política pragmática, que tinha o interesse nacional como fio condutor, no contexto dos desenhos globais nos quais a cooperação Sul-Sul tinha reservado seu lugar (LECHINI, 2008, p.70).

O novo grau de importância que o Brasil concedeu a África no início do século XXI se reflete de diversas formas e em diversos âmbitos. A seguir, destaca-se: a convergência de interesses no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o aumento das trocas comerciais, os incentivos às empresas brasileiras no continente africano, a criação de acordos comerciais entre blocos econômicos, a abertura de embaixadas, a formação de coalizões, a participação brasileira junto a Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP) e atuação brasileira junto ao continente africano no que diz respeito à cooperação internacional.

O ápice do estreitamento dos laços entre o Brasil e o continente africano no âmbito da ONU, de acordo com Visentini (2016), ocorreu a partir do governo Lula através da convergência de interesses no combate a pobreza, às epidemias, a segurança alimentar e a transferência de tecnologia entre países em desenvolvimento. Além disso, o Brasil busca aliados africanos para promover a reforma do Conselho de Segurança da ONU, onde os 54 países africanos correspondem a 27% dos membros, mas nenhum deles é contemplado pela atual formação. Para o autor a aproximação brasileira com os países africanos sob os auspícios da ONU resulta em grande parte pelo aumento substancial do intercâmbio comercial e a intensificação dos laços diplomáticos.

No âmbito comercial, o fluxo entre o Brasil e a África vem aumentando significativamente. Em 2003, a corrente de comércio era de US\$ 6,1 bilhões e em 2013 atingiu o pico de US\$ 28,5 bilhões, um aumento de 363%. Em comparação ao ano de 2003 as exportações brasileiras para a África tiveram um aumento de 287%. Em relação à participação por valor agregado é importante destacar que os produtos manufaturados formam a maior parte da pauta de exportações brasileiras para a África. Conforme dados da tabela a seguir:

Tabela 1. Evolução do comércio entre Brasil e África de 2003 a 2013 (em US\$)

	2003 (1)	2013 (2)	Variação % (2/1)
Corrente de Comércio Brasil-África	6.153.178.852	28.533.435.431	363%
Exportações brasileiras para a África	2.862.003.914	11.087.040.582	287%
Básicos	531.802.400	3.755.567.005	606%
Semimanufaturados	406.993.001	2.735.678.122	572%
Manufaturados	1.917.441.345	4.575.433.072	138%
Exportação África/Total exportado	4%	4,6%	-
Importações brasileiras da África	3.291.174.938	17.446.394.849	430%
Básicos	2.458.469.490	12.478.380.333	407%
Semimanufaturados	55.490.788	102.382.396	0,84%
Manufaturados	777.214.660	4.865.632.120	536%
Importação África/ Total importado	6,8%	7,3%	-

Fonte: SECEX/MDIC – Elaboração própria.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exerceu um papel fundamental na ampliação da presença do capital nacional no continente. De acordo com Milhorce (2013, p. 9) “(...) Em 2008, os incentivos para as empresas brasileiras exportarem para a África (no âmbito do Programa de Integração com a África) era de R\$ 477 milhões, esse valor passou para R\$ 649 milhões em 2009”.

Com a entrada em vigor do Acordo de Preferências Comerciais entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês), em 1º de abril de 2016, novas perspectivas devem se abrir para o relacionamento econômico entre os países do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e o mercado consumidor estimado em 65 milhões que integram a SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), principalmente no que se refere à venda de produtos industrializados².

O Brasil conta hoje com 37 embaixadas brasileiras no continente africano, sendo que 17 delas, ou seja, quase metade, foram abertas (e em alguns casos reabertas) em questão de uma década³. A abertura do mercado africano às empresas brasileiras deve muito ao protagonismo do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da diplomacia presidencial realizada nos últimos anos. A política africana do Estado brasileiro nos mais diversos âmbitos e nos mais diversos temas abriu portas para o Brasil na África.

2 Ver site do MRE: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/13717-entrada-em-vigor-do-acordo-de-preferencias-comerciais-mercosul-sacu>.

3 Relação de embaixadas brasileiras abertas ou reabertas no continente africano: São Tomé e Príncipe (2003), Sudão (2004), República Democrática do Congo (2004: reaberta), Togo (2005: reaberta), Camarões (2005: reaberta), Tanzânia (2005: reaberta), Guiné Equatorial (2006), Benim (2006), República da Guiné (2006), Zâmbia (2007 – reaberta), Botsuana (2007), República do Congo (2008), Burkina Faso (2008), Mali (2008), Mauritânia (2010), Serra Leoa (2012) e Malawi (2013). Informação retirada do site do MRE: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais>

Nesse sentido, cabe destacar a aliança brasileira com países africanos e demais países emergentes no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) através do G-20 comercial⁴, que juntos buscam acabar com os subsídios agrícolas e promover uma liberalização do comércio agrícola. No núcleo do G-20 comercial estão África do Sul, Brasil e Índia, que juntos, formam o IBAS (ou G-3). O fórum IBAS foi criado em 2003 a partir de uma iniciativa sul-africana e tem como objetivo a coordenação e a cooperação entre os três países no campo trilateral e global. Além da convergência de interesses junto a OMC, buscam incrementar o comércio trilateral e desenvolvem ações em diversas áreas (VISENTINI, 2016).

Além do IBAS, a África do Sul, a Índia e o Brasil fazem parte do BRICS, juntamente a China e a Rússia. Para Cervo (2012) a razão da existência desta coalização está na transformação da ordem mundial traçada pelas nações avançadas após a Segunda Guerra Mundial. O agrupamento busca representar os interesses dos países em desenvolvimento na promoção da inclusão social interna e na promoção da igualdade entre as nações na esfera internacional. Para Cervo (2012, p. 51) “Não se trata de ideologia, retórica ou utopia, mas de mecanismos concretos que afastem a figura daqueles que chutaram a escada após alcançar o topo do bem-estar interno e internacional no sistema de economia de mercado”.

Em 15 de julho de 2014, por ocasião da VI Cúpula de Chefes de Estado e Governo dos BRICS foi firmado o acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). O NBD é um banco de desenvolvimento multilateral, operado pelos estados membros do BRICS como uma alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para promover uma maior cooperação financeira e de desenvolvimento entre os membros emergentes e os países em desenvolvimento⁵.

É importante destacar aqui também a participação do Brasil na CPLP⁶. Dentre os objetivos da CPLP configura-se: a) a concertação político-diplomática entre os Estados membros; b) a cooperação no campo econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; c) a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Para Miyamoto (2009) a presença do Brasil na CPLP pode ser vista sob duas perspectivas:

(...) de um lado, no uso da mesma para projetar os interesses brasileiros no exterior, ou seja, uma instrumentalização feita pela política externa brasileira, visando maximizar o uso de todos os recursos possíveis existentes, inclusive para ocupar espaços maiores do que outros países junto às nações que fazem parte da comunidade; por outro lado, pode-se, igualmente inferir que, apesar do “pragmatismo” de sua política externa, o Brasil também pensa em termos de atuação conjunta da CPLP para atender interesses globais que não seriam possíveis de se obter individualmente (MIYAMOTO, 2009, p. 33).

4 Apesar da denominação, o G-20 inclui formalmente 23 países. São eles: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Filipinas, Cuba, Egito, Equador, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

5 Para mais informações ver: <http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financieiras-e-cooperacao-internacional/novo-banco-de-desenvolvimento>.

6 A CPLP foi constituída em 17 de Julho de 1996. São membros da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (incorporado em 2002). Para mais informações ver: <http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao-multilateral/cplp>.

Nesse sentido, o aprofundamento das relações brasileiras com a África, apoiada pelos laços culturais e históricos acabam promovendo uma oportunidade para aprimorar as relações comerciais brasileiras com um território ainda pouco explorado do ponto de vista econômico.

Além disso, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem diversos projetos em execução no continente africano e nas mais diversas áreas (agricultura, saúde, educação, etc.). A cooperação prestada pelo Brasil visa à transferência e/ou o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas através do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de caráter duradouro. As atividades da ABC são acompanhadas por uma rede de diversos atores desvinculados do MRE, como o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agricultura e da Saúde. Além dos ministérios, destaca-se a atuação de agências especializadas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na área agrícola, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no campo da saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em projetos de formação profissional (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010).

De acordo com a última publicação sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento 2010, feita em conjunto pelo o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e a ABC, os gastos com cooperação brasileira no continente africano estava atrás somente da América Latina e do Caribe, somando um total de R\$ 65 milhões, o que corresponde a 22,58% do total dos gastos. Dentre os principais países africanos beneficiários da cooperação brasileira, segundo dados IPEA; ABC (2013, p. 21-22), estão: Cabo Verde (24,4%), Guiné-Bissau (21,2%), Moçambique (13,3%), São Tomé e Príncipe (10,4%), Angola (7,2%). Ou seja, os países africanos da CPLP receberam aproximadamente 75% do total dos gastos com cooperação brasileira no continente africano no ano de 2010.

Para Burges (2013) o estreitamento das relações do Brasil com a África teve como justificativa econômica a diversificação dos parceiros. Isso favoreceu a própria política doméstica do governo, aumentando as trocas econômicas. No entanto, a tentativa de colocar o Brasil como uma fonte de recursos potenciais em termos de apoio político, cooperação para o desenvolvimento e oportunidade comercial para o Sul global não foi totalmente bem sucedida, pois o Brasil não foi capaz de atender a demanda que criou.

O principal obstáculo para o Brasil ocupar uma posição de destaque no sistema internacional hoje, segundo o autor, é de ordem operacional: sua capacidade militar, econômica e política são limitadas. Ou seja, é muito custoso para o Brasil participar do sistema existente. Nesse sentido, a tática usada pelo Brasil é posicionar-se como um representante do Sul e colocar-se como um “balanceador” Norte-Sul, isso gera oportunidades com custos baixos. Ou seja, embora o Brasil se apresente como um revisionista quanto às estruturas de governança global neste início de século, na verdade, o objetivo do país não é mudar a ordem (“virar” a mesa), mas ganhar um assento nela.

Os desafios internos e externos à consolidação da política africana brasileira no século XXI

De acordo com Miriam Saraiva (2010) durante o governo de Dilma Rousseff o continente africano continuou tendo um papel importante na política externa brasileira. As estratégias de cooperação prosseguiram, porém, em comparação com o período anterior, observou-se um recuo significativo em novas iniciativas, na implementação de projetos e também no campo do comércio e dos investimentos (SARAIVA, 2014).

A autora considera o governo Dilma como uma herança da gestão anterior em termos de política externa, refletindo uma posição revisionista quanto às instituições internacionais, ativismo nos fóruns multilaterais em conjunto dos países do eixo Sul-Sul e um maior enfoque direcionado à integração com os vizinhos sul-americanos. Ainda assim, esse período é demarcado por uma perda de protagonismo e pró-atividade do Brasil nas relações exteriores.

Entre os fatores que explicam a mudança de perfil na política externa brasileira, para a autora, estão as conjunturas econômica internacional e doméstica. O governo Dilma encontrou um cenário de maiores dificuldades em relação à administração anterior, no qual a crise econômica iniciada em 2008 passou a ter efeito sobre os emergentes, limitando sua atuação internacional. Observou-se, assim, o fim do ciclo de crescimento beneficiado pelo aumento dos preços das *commodities*, a crise do multilateralismo e a ampliação dos acordos entre os países da Ásia-Pacífico que dificultaram a inserção do Brasil em âmbito externo. Internamente, os impactos da crise prejudicaram o balanço de pagamentos e as contas internas, levando à diminuição das taxas de crescimento, aumento da taxa de inflação e surgimento de obstáculos às iniciativas de internacionalização das empresas brasileiras e do projeto de desenvolvimento como um todo (SARAIVA, 2014).

Em termos de burocracia, embora importantes líderes do governo Lula tenham se mantido no Itamaraty, diferenças relevantes foram surgindo ao longo do mandato. Estas se concentram, principalmente, na diplomacia presidencial e na vontade política de promover a projeção global do Brasil, houve um recuo em termos de diplomacia presidencial e uma preocupação maior com os assuntos econômicos na política externa (SARAIVA, 2014).

Destaca-se a recente transição do próprio líder do Brasil promovida por uma reestruturação doméstica. Em relação à política externa para o continente africano o governo Temer parece priorizar, sobretudo benefícios econômicos. Nas palavras do ex-ministro das Relações Exteriores, José Serra, “a África moderna não pede compaixão, mas o efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos”⁷. Desde o fim do governo Lula a política africana parece sofrer mudanças que vão desde pequenos ajustes (quantitativo) até mudanças de programa (qualitativos).

A política externa brasileira, em geral, apresenta um alto grau de previsibilidade e continuidade, mas ela não está imune a mudanças. Embora a política africana brasileira, por exemplo, apresenta-se dinâmica no plano diplomático, sem nunca ter sido rompida, as dimensões políticas, econômicas

7 Para mais informações ver Discurso de posse de José Serra no Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DFJ_PTihvrs

e socioculturais de ambas as regiões, em distintos momentos históricos, acabaram travando ou impulsionando essa relação. De acordo com Visentini e Pereira (Sem data, p. 1) “ações que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral”.

Saraiva (2015) afirma que o problema está na interpretação dominante acerca do continente africano que permanece, em certos círculos intelectuais e políticos, modelada por olhares enviesados. As tragédias e os genocídios são exaltadas enquanto as experiências de estabilização e crescimento econômico, assim como as iniciativas políticas de redução da pobreza e das doenças endêmicas, são silenciadas. Os empresários e empresas, mesmo acumulando ganhos comerciais no continente africano, ainda duvidam das possibilidades do agir em terreno africano de forma mais duradoura.

Para o autor, no caso do Brasil, há uma ênfase à dimensão afro-brasileira quando se trata de África em detrimento da reflexão sobre a África contemporânea. O Brasil avança no acompanhamento dos debates africanos contemporâneos, mas modestamente. Isso se conjuga à ausência de centros estratégicos significativos voltados para o acompanhamento da nova corrida para a África. Isso é essencial para Saraiva (2015), pois sem conhecimento estratégico sobre as mutações do continente africano, não há tática que permita avançar um programa de ação do Brasil na África nas próximas décadas.

Deste lado do Atlântico Sul, a percepção da inteligência africana acerca de seu próprio futuro é matéria oculta, água turva, no seio do conhecimento brasileiro hegemônico disseminado nas universidades, empresas, agências de governo e meios de comunicação, senão mesmo nas veias da ação pragmática do Brasil para a África. A baixa apreciação da África por parte da mídia e de agentes sociais e econômicos em várias partes do mundo, ainda particularmente no Brasil, não corresponde à ação e à apreciação dos estudiosos e mesmo dos grandes grupos econômicos globais, das empresas multinacionais e de países como a China e a Índia, mais elevadas e positivas (SARAIVA, 2015, p. 31).

No que se refere à realidade africana, é importante ressaltar que apesar de o continente não ter sido arrasado pela crise financeira internacional – como era anunciado por visões pessimistas – a África ainda é assombrada por desafios antigos que não evoluem no mesmo passo da sua integração na sociedade global. Saraiva (2010) elenca os quatro principais desafios, a saber: (1) as baixas taxas de alternância no poder dos governantes do continente; (2) a penetração do narcotráfico internacional, potencializada pela constituição de novas elites e setores de população urbana; (3) cortes nos investimentos governamentais com políticas públicas, como resultado de crises internacionais e a conseqüente diminuição do capital disponível no continente; (4) a vitimização da África pela comunidade internacional e o conseqüente rebaixamento do continente, que deixaria de ser visto como espaço geoestratégico e passaria a receber somente ajuda humanitária, no lugar de investimentos e projetos de cooperação.

Acerca do contexto africano, Lechini (2008) ressalta:

Cabe então perguntar sobre a continuidade desse impulso no caso de que mudem as condições internacionais. Se persistirem na África certas situações positivas, como a diminuição dos conflitos, consolidando-se uma democracia ‘à africana’ que permita certa estabilidade, e se for mantida a tendência dos altos preços dos produtos básicos dos quais conta o continente, é possível acreditar na continuação e no aprofundamento da política africana do Brasil. Já um cenário africano mais pessimista, com a África novamente imersa em uma disputa por seus recursos naturais – cada vez mais valiosos –, poderia aprofundar as crises políticas e econômicas e levar a uma retração da política africana do Brasil, para além de seu discurso cultural e de suas raízes afroamericanas (LECHINI, 2008, p. 71).

A trajetória histórica das relações Brasil-África varia não apenas conforme as motivações e recursos brasileiros e africanos, mas também de acordo com a conjuntura internacional. O Brasil enfrenta concorrência não apenas dos países do Norte geopolítico, mas também – e cada vez mais – de outros promotores da cooperação Sul-Sul. As potências emergentes, nesse sentido, competem por influência, bem como por nichos e oportunidade em comércio, investimentos, cooperação técnica (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 110). Conforme aborda Saraiva (2015), a África desenha uma transformação histórica em que antigos e novos atores globais participam de forma interessada e crescente da gestação do futuro do continente.

Para além do contexto brasileiro, assim, os desafios provenientes do âmbito externo também impactam as relações Brasil-África. Um dos fenômenos mais marcantes das Relações Internacionais contemporâneas, como aborda Visentini (2014), é o fato de a África haver-se tornado objeto de uma nova corrida mundial – como ocorreu no fim do século XIX. No início do século XXI, contudo, os protagonistas mais dinâmicos de tal movimento são as potências emergentes, e não as antigas metrópoles europeias. Nesse sentido:

[...] sem que as potências europeias e os EUA dessem a devida importância, África do Sul, Nigéria e Líbia, logo seguidas por outras nações, se tornavam mais ativas, e a China, a Índia e, logo, o Brasil passavam a interagir com maior intensidade econômica e política com o continente africano. E foram seguidos por outras potências emergentes como Turquia, Irã, Rússia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Malásia, entre outras. Os efeitos não se fizeram esperar, com a África apresentando, desde a virada do século, níveis de crescimento econômico acima da média mundial.

A conjuntura da economia-mundo capitalista vem sendo, segundo Ouriques (2014) fortemente impactada pelo ressurgimento da China, que também está afetando significativamente o continente africano. Conforme apontado pelo autor, a República Popular da China, desde sua fundação em 1949, adotou uma política externa de aproximação com os países africanos. A África tornou-se, assim, um dos principais focos da política de “parceria estratégica” chinesa e, desde então, a diplomacia chinesa empenhou-se em fortalecer os laços sino-africanos e formar acordos não apenas econômicos e comerciais, mas também de cooperação técnica, política e militar. A percepção africana em relação à presença chinesa seria distinta da ocidental, por estar embasada na própria história das relações

África-Occidente e na forma distinta pela qual a China tem se apresentado perante as lideranças africanas. Sobre os avanços chineses, o autor coloca que:

De acordo com o documento *The China Analyst*⁸ (setembro de 2013), os investimentos chineses na África passaram de quase US\$ 500 milhões em 2003 para US\$ 22,9 bilhões em 2012. Além disso, mais de 2.000 empresas chinesas investem na região, especialmente nos setores de mineração, finanças, manufaturas, construção e agroindústrias (OURIQUES, 2014, p. 24).

Não se tratava somente de comércio e investimentos, mas da forma como a China agia e de como isso era importante para os países africanos. Rápida e discretamente, Pequim aumentou qualitativamente a sua presença na África, sendo logo seguida pela Índia, embora esta não tivesse uma visão estratégica e um apoio governamental semelhante ao dos chineses (VISENTINI, 2014, p. 43).

A grande questão, conforme o autor, é saber se a cooperação com os emergentes resistirá à nova ofensiva ocidental, que na última década tem buscado recuperar espaço no continente. Nesse sentido:

[...] a reação diplomático-militar euro-americana (e também israelense) visa, formalmente, ao combate ao terrorismo, mas também aos negócios, à enfraquecer da presença das potências emergentes no continente africano, e à garantia de um flanco estratégico para um certo refluxo no Oriente Médio, para o controle dos Oceanos Índico e Atlântico Sul, bem como à estabilização da fronteira sul da Europa. Os israelenses buscam evitar o isolamento na região, onde a presença ocidental declina. Os números estáticos apontam para a supremacia euro-americana no continente africano, mas sua evolução demonstra que, em seu conjunto, os emergentes se tornam uma força crescente (VISENTINI, 2014, p. 61).

Outro desafio à política africana do Brasil diz respeito aos impactos dos empreendimentos e ações brasileiras no continente. Conforme aponta Muñoz (2016), independentemente de boas intenções e de semelhanças históricas, é importante ajustar a cooperação às realidades locais. Longe da ideia de que haveria sempre uma solução brasileira para as questões africanas, trata-se de evitar a imposição de modelos exógenos, e sim de adaptá-los às demandas e necessidades do parceiro, com práticas reais, de reciprocidade, de troca de experiências, de viagens de ida e volta.

Como aborda Visentini (2010), é claro que há evidências empíricas da tentativa, por parte da diplomacia brasileira, de projetar influência em âmbito global através da cooperação com a África (a chamada diplomacia de prestígio), o que não representa uma iniciativa nova. Contudo, a cooperação é importante para ambos os lados. Relações bilaterais e ações multilaterais comuns são vitais para a melhoria das capacidades internacionais dos países africanos no sentido de equilibrar não apenas os

8 *The China Analyst*. 2013. Hong Kong, The Beijing Axis. Disponível em: <<http://www.thebeijingaxis.com/en/news-a-media/the-china-analyst>>. Acesso em 10 agosto 2017.

velhos e assimétricos desafios/oportunidades europeus e norte-americanos, mas também os novos, provenientes da China ou da Índia. Se esses projetos são apenas discursos políticos e interesse econômico (imperialismo “*soft*”), ou uma associação entre duas periferias na busca do desenvolvimento socioeconômico (solidariedade do Sul ou cooperação Sul-Sul), apenas o tempo dirá. É um processo em percurso, com muitos atores envolvidos e reivindicando diferentes objetivos (VISENTINI, 2010).

Conclusão

A política africana do Brasil apresentou diferentes enfoques e níveis de aproximação desde que foi iniciada. Nos anos 2000 a reaproximação do Brasil com o continente africano se deu nos termos da cooperação Sul-Sul, do universalismo, do intuito de diminuir as assimetrias internacionais e da busca por maior autonomia no sistema internacional. A identificação do caráter estratégico da África aliada aos objetivos nacionais brasileiros tornou as nações africanas importantes parceiras do Brasil – ainda que os avanços realizados sejam limitados e que existam desafios internos e externos à consolidação de tais relacionamentos.

Conforme apresentado no presente artigo, a partir do Governo Lula a reaproximação foi rapidamente refletida na intensificação das relações políticas, econômicas, sociais e diplomáticas. Apesar de enfrentar desafios sociais e institucionais, a África representa um amplo espaço geoestratégico, com espaço para articulações político-diplomáticas além de mercados consumidores e recursos energéticos e minerais, com forte apelo aos investimentos estrangeiros. Além da estruturação de importantes investimentos empresariais do Brasil na África, o continente corresponde a parcelas crescentes das exportações brasileiras com maior valor agregado – contribuindo para a complementaridade das economias.

O caráter incipiente da reaproximação Brasil-África, no entanto, à torna suscetível a mudanças na política interna tanto no Brasil quanto das nações africanas. Além disso, a própria conjuntura internacional também pode prejudicar os avanços dessa aproximação. Além dos países emergentes que também são atraídos pelos potenciais africanos, deve-se ter em vista que as outrora potências coloniais no continente africano possuem um estreito e duradouro vínculo com as elites dirigentes africanas. Notadamente, França e Inglaterra, por conta de inúmeros acordos comerciais e de facilitação de entrada de nacionais africanos, ainda possuem relevância em contratos comerciais e na influência nos votos dos países africanos nas organizações internacionais.

Nota-se que o Brasil guarda e incentiva uma aproximação com a África, principalmente no que diz respeito a CPLP. No período contemporâneo, o Brasil se coloca como líder das políticas internacionais do grupo. E, uma perspectiva de enfraquecimento da política brasileira para a África através do interesse puramente econômico no continente configura-se em perda de um importante espaço geoestratégico para o Brasil.

Referências bibliográficas

- ABDENUR, A. E.; RAMPINI, João M. A cooperação brasileira para o desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada. In: AYERBE, Luis F.; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. (Org.). *Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais*. Cultura Acadêmica, 2015. p.81-112.
- BECARD, Dannielly Silva Ramos. *Relações exteriores do Brasil contemporâneo*. 1.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- BURGES, Sean. *Brazil as a bridge between old and new powers?* *International Affairs* 89: 3 (2013) 577-594.
- CERVO, Amado. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado. O Brasil na atual ordem mundial. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, Jul/Dez 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/30514/20485>>. Acesso em: 05 setembro 2016.
- FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- HIRST, Mônica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios. *Nueva Sociedad*. 2010. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/a-politica-externa-brasileira-em-tempos-de-novos-horizontes-e-desafios/>>. Acesso em: 10 agosto 2016.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: Ipea; ABC, 2013.124 p. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/publicacoes>>. Acesso em: 28 agosto 2016.
- LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, out. 2008. p. 55-71 Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/318.pdf>>. Acesso em: 27 agosto 2016.
- MIGON, E. X. F.; SANTOS, C. A. G. África & Brasil: parceria para o desenvolvimento. *Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, p. 35-46, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/243>>. Acesso em: 28 agosto 2016.
- MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, p. 5-22, 2013.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Relações Bilaterais. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais>>. Acesso em: 15 agosto 2016.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Balança comercial brasileira. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/component/content/article?id=87>>. Acesso em: 24 agosto 2016.

- MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. 52 (2), 2009, p. 22-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200002> Acesso em: 18 setembro 2016.
- MUÑOZ, Enara Echart. A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África. *Caderno CRH*, Salvador, v.29, n. 76, p. 9-12, jan./abr. 2016.
- OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica. *Carta Internacional*, v.9, n.1, p.19-43, jan./jun. 2014.
- PEA. *Perspectivas Macroeconômicas em África*. 2015. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/perspectivas-economicas/perspectivas-macroeconomicas-em-africa>>. Acesso em: 30 agosto 2016.
- PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antonio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana no Brasil. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, jan./jun. 2007. p. 57-81.
- PEREIRA, A.D. As relações entre África do Sul e Brasil: do impacto da globalização à constituição do IBAS. *Século XXI: revista de relações internacionais*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 85-106, jan./dez. 2010.
- PUTNAN, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e política*, vol 18, n36, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/10.pdf>>. Acesso em: 01 setembro 2016.
- RIBEIRO, Cláudio O. Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 55-79, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a05.pdf>>. Acesso em: 29 agosto 2016.
- SALAMA, Pierre Uma globalização comercial acompanhada de uma redistribuição dos mapas. *Ensaio FEE*, v. 33, nº 02, p. 307-331, 2012.
- SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Leticia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, Desafios e Possibilidades. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, p. 40-59, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/03.pdf>>. Acesso em: 23 agosto 2016.
- SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. A política externa brasileira para a África negra: da “interdependência” ao “pragmatismo responsável” (1964-1979). In: *Publicações Acadêmicas Universitas FACE*, vol. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/face/article/view/597/393>>. Acesso em: 27 agosto 2016.
- SARAIVA, José F. S. *A África no século XXI: um ensaio acadêmico*. Brasília: FUNAG, 2015.
- SARAIVA, José F. S. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, special edition, p. 169-182. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/v53nspea10.pdf>>. Acesso em 29 agosto 2016.
- SMITH, S. *Négrologie : pourquoi l'Afrique meurt*. Paris: Calmann-Lévy, 2003.
- VISENTINI, P. F. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “soft”? as relações Brasil-África do governo Lula. *Século XXI: Revista de Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 65-84, jan./dez. 2010.

_____. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 41-68, jan./jun. 2014.

_____. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?* Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A política africana do governo Lula. *NERINT*. Sem data. Sem local. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2016.